



## **Tensões e mediações no jornalismo estudantil: a experiência do Projeto Clube do Jornal<sup>1</sup>**

Alexandre BARBALHO<sup>2</sup>

Francisco das Chagas Alexandre Nunes de SOUSA<sup>3</sup>  
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE

### **Resumo**

Este artigo analisa a atuação da ONG Comunicação e Cultura, mais especificamente de seu Projeto Clube do Jornal que promove a publicação mensal de jornais feitos por grupos de estudantes de ensino médio nas escolas públicas do Ceará. O trabalho propõe uma análise que enfatiza o caráter singular do espaço que esse tipo de mídia proporciona com a formação de complexas teias de relações e significados, a partir de um laço constitutivo entre política e cultura. Serão abordados os sujeitos envolvidos na produção de jornais entre 2004 e 2005 nas escolas do município de Maracanaú, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, e que publicaram pelo menos uma edição dentro do recorte temporal, perfazendo um total de seis jornais.

**Palavras-chave:** Jornalismo Estudantil; Política Cultural; Educação.

No início de 2004, a ONG Comunicação e Cultura (CeC) acabava de tornar público seus resultados relativos ao ano anterior. Todos os índices divulgados no relatório superavam em muito os números dos anos anteriores. Foram publicadas 2.574 edições de jornais que alcançaram uma tiragem de 1.474.900 exemplares feitos por estudantes de escolas públicas de ensino médio e fundamental, estabelecendo um crescimento de 55% e 83%, respectivamente, em relação a 2002. Naquele ano, a instituição desenvolvia seus projetos em mais de 800 escolas de 121 municípios do Ceará e se consolidava como uma das maiores ONGs do estado com um orçamento anual de aproximadamente dois milhões de reais (COMUNICAÇÃO E CULTURA: 2004b)<sup>4</sup>.

Este artigo analisa a atuação da CeC, mais especificamente de seu Projeto Clube do Jornal (PCJ) que promove a publicação mensal de jornais feitos por grupos de estudantes de ensino médio.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor e pesquisador dos PPGs em Políticas Públicas e Sociedade da UECE e em Comunicação da UFC.

<sup>3</sup> Mestrando em Políticas Públicas e Sociedade pela UECE.

<sup>4</sup> Por conta de seu alcance e da transparência na divulgação de resultados, alguns analistas do Terceiro Setor chegaram a falar da Comunicação e Cultura como modelo da “nova geração” de Organização Não Governamental (FIEGI, 2003).



Segundo a CeC, o objetivo dos jornais na escola é “a formação de adolescentes e jovens para a cidadania e a ação social mediante um processo de aprendizagem na prática cujos resultados têm influência na promoção da escola democrática” (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b, p. 03). A ONG ressalta ainda que o fortalecimento desta escola democrática se dará pelo avanço da capacidade dos educadores em aceitar a idéia de liberdade de expressão e conviver com a existência de um órgão de comunicação independente feito pelos alunos e alunas.

Enfatizamos desde já que não compreendemos o PCJ como uma ação que emana “da escola” ou “da ONG”. Pois, apesar de ser inquestionável o papel destas duas instituições na viabilidade do projeto (seja na questão financeira, pedagógica ou material), propomos uma análise que enfatiza o caráter *sui generis* do espaço que esse tipo de mídia proporciona com a formação de complexas teias de relações e significados.

Utilizamos a metáfora da teia para denotar exatamente a fragilidade das interlocuções que se estabelecem por meio da permanente tensão entre a autonomia dos estudantes e a intervenção do educador (seja ele da escola, da ONG, do movimento social, da Igreja, etc.); entre as denúncias propiciadas pela liberdade de expressão e a “vigilância” da responsabilidade com a ética jornalística; entre a tessitura de um espaço inédito e a hibridação de antigas e novas visões de mundo.

A atuação dos jornalistas estudantis por meio do PCJ pode ser entendida como uma política cultural, ou seja, como “o processo posto em ação quando um conjunto de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros” (ÁLVARES; ESCOBAR; DAGNINO, 2000, p. 24)<sup>5</sup>. O que implica, no caso específico deste artigo, em apreender as forças culturais e políticas que os jovens põem em movimento dentro da escola, na medida em que tentam desestabilizar diversas noções das relações de poder ali estabelecidas e re-significar os sentidos das relações culturais e políticas dominantes e de suas práticas.

Propomos, assim, a realização deste estudo a partir de um laço constitutivo entre política e cultura, laço este compreendido como o momento no qual a cultura passa a ser tida como concepção de mundo, conjunto de significados que integram as práticas sociais e relações de poder embutidas nessas práticas. Ao mesmo tempo em que a

---

<sup>5</sup> Para uma discussão do conceito de política cultural ver BARBALHO, 2005



política passa a ser percebida em seu caráter cultural ativo que expressa, produz e comunica significados.

Neste artigo, abordaremos os sujeitos envolvidos na produção de jornais entre 2004 e 2005 nas escolas do município de Maracanaú, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, e que publicaram pelo menos uma edição dentro do recorte temporal. Eles perfizeram um total de seis jornais: Tanakara; O Verbo; Ctrl. Alt. Del.; GHAMPH – Galera a mil por hora; Liberdade Jovem e Folha do Tenente.

## **1. A ONG Comunicação e Cultura**

Para analisar a produção jornalística e as práticas dos jovens que fazem jornal estudantil em Maracanaú é preciso entender os processos sócio-históricos nas quais estão inseridas. Ou seja, a emergência de toda essa rede de instituições (ONGs, movimentos sociais, Igrejas, etc.) que, das formas mais diversas, atuam na sociedade civil fundando novos espaços públicos<sup>6</sup> - processo que Sérgio Costa (2002) chamou de “o revival da sociedade civil” no Brasil. Para Costa, temos que estar atentos a três campos medulares na contemporaneidade: 1) Os aspectos institucionais da democracia a partir dos anos 90 que promoveram, por um lado, o aumento da participação e, por outro, a burocratização e engessamento político das organizações civis; 2) A interação da sociedade civil com os meios de comunicação de massa; 3) O apelo a uma sociedade civil transnacional.

Tendo como pano de fundo as indicações de Costa, faz-se necessário contextualizar a Comunicação e Cultura (CeC). A CeC se constitui como uma Organização Não-Governamental, juridicamente classificada como entidade civil sem fins lucrativos, fundada em Fortaleza em março de 1991. Segundo documentação disponibilizada pela instituição, a ONG é registrada no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e declarada de interesse público Municipal, Estadual e Federal<sup>7</sup> e de interesse público cultural do estado em 1998. Está inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social e participa da Associação Brasileira de ONGs – ABONG. A entidade é integrante ainda do Fórum Cearense de ONGs de

---

<sup>6</sup> Telles (1999), inspirada nas reflexões de Hannah Arendt, diz que o espaço público “é o espaço do aparecimento e de visibilidade”. Logo, é entendido como o local instituidor de uma forma de sociabilidade onde se oportuniza a construção do ‘mundo comum’. A perda de um espaço aonde as diversas interpretações da realidade venham à tona significaria, para a autora a perda das relações objetivas com outros homens. É ainda, o espaço construído pela ação e pelo discurso.

<sup>7</sup> Em 1992, 1998, 2004 respectivamente.



Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – DCA, do Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do Fórum de ONGs/AIDS (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2004a).

Os primórdios da ONG datam de 1987, quando seus fundadores foram convidados pela Associação de moradores do Mucuripe, bairro de Fortaleza, para assessorar uma equipe de jovens na publicação de um jornal na comunidade. Com o amadurecimento da proposta, surge a ONG Comunicação e Cultura e seu primeiro projeto: Jornais Comunitários Associados.

Durante a primeira metade da década, a CeC manteve-se com o objetivo de prestar assessoria aos mais diversos movimentos populares fortalezenses e da região metropolitana. Só a partir de 1994 que a atuação da ONG se vincula à educomunicação<sup>8</sup> no âmbito escolar como responsável por suprir uma carência do governo estadual em uma área que, por ser nova na época, não fazia parte do repertório da gestão pública.

Como observa Dagnino, em áreas onde o Estado não possui qualificação técnica, nem capital simbólico, é comum o recurso às ONGs entendidas “como um instrumento para afetar a ação estatal na direção da expansão da cidadania” (DAGNINO, 2000, p. 290). Este é o caso da relação do Governo do Ceará com a CeC, pois, prevista como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Educação para Comunicação, que deveria ser implantada pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) através da capacitação de seus professores, é posta em execução pela ONG.

Na avaliação da então coordenadora de Gestão da SEDUC, o “impulso” da prática de jornais escolares, avaliada como “estratégia importantíssima”, na rede pública estadual foi dado pela CeC. O que havia, antes da intervenção da ONG, eram algumas iniciativas isoladas de professores, qualificadas pela coordenadora de “artesanal” em contraposição ao “projeto [da CeC] que aponta para um profissionalismo”.<sup>9</sup>

Mas este não foi um percurso instantâneo. Já em 1991, o projeto começa a ser demandado pelos estudantes de escolas públicas, e apesar de atendê-las minimamente, a CeC atuava ainda numa perspectiva de jornalismo comunitário. Nesse momento inicial, a ONG entrava na escola sem dar qualquer satisfação à administração educacional. Era

---

<sup>8</sup> Ismar Soares define a Educomunicação como “o conjunto de ações voltadas para o planejamento de ecossistemas comunicativos abertos e criativos, envolvendo comunidades, empresas e escolas em programas destinados a ampliar a capacidade de expressão dos sujeitos sociais, tornando-os capazes de analisar suas práticas comunicativas bem como a produção da indústria cultural, garantindo, desta forma, maior coeficiente comunicativo para as ações educativas, sejam elas formais, não-formais ou as informais (SOARES, 2007, p. 42)

<sup>9</sup> Entrevista concedida em 06 de fevereiro de 2006



uma publicação comunitária que se inseria no contexto escolar, ou melhor, uma extensão do trabalho comunitário na escola.

A partir de sua entrada na SEDUC, a CeC tem que se adaptar à nova realidade e deixa de ser um apoio ao movimento popular, centralizando suas relações com o Estado. A ONG acredita, com esta nova perspectiva, estar contribuindo na formação de cidadãos ao mediar um processo no qual não há assistencialismo e o jovem é visto não como problema, mas como solução.

Este pressuposto, ancorado na metodologia do protagonismo juvenil<sup>10</sup>, estaria ajudando na formação de um “adolescente autônomo, solidário e competente” que atua nos espaços públicos através da publicação de um jornal. A entidade tenta refutar, portanto, as abordagens prevencionistas ou moralistas tipicamente utilizadas com este público<sup>11</sup>.

A CeC busca se afirmar como formadora de espaços públicos e gestão democrática na escola, conforme descrito em seus vários documentos, a exemplo da “Folha Educativa nº. 2”, distribuída aos estudantes, que ressalta: “Participar da vida pública (como por exemplo, da vida escolar) pode ser muito empolgante (...) precisamos(...) sempre agir pensando na função social do jornal e no respeito que todos merecemos” (RAVILOLO & LIRA, s/d). Em outro documento, encontramos a justificativa da opção da ONG pela escola pública por acreditar que se trata de um espaço qualificado para o fortalecimento de uma cultura política democrática e cidadã<sup>12</sup>:

Se há uma instituição que pode dar uma contribuição significativa para a solução dos problemas nacionais, essa é a escola pública. Trata-se de uma gigantesca estrutura cuja mobilização pode significar uma verdadeira transformação, qualificando adequadamente milhões de pessoas para o exercício da cidadania, o desenvolvimento pessoal e a vida produtiva (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b).

Na avaliação da CeC, a escola brasileira, como aparelho tradicionalmente autoritário, não tem condições de dar, sozinha, respostas às demandas da modernidade. E dá ênfase ao “enorme capital humano” existente em seu interior, passível de ser

---

<sup>10</sup> Segundo um de seus maiores expoentes no Brasil, Antônio Carlos Gomes da Costa, o protagonismo juvenil é uma metodologia inscrita na tradição da pedagogia ativa, congregando um conjunto de práticas e vivências que percebe o jovem como a solução e fonte de iniciativas. Nessa perspectiva, o protagonismo juvenil objetiva construir jovens autônomos, competentes e solidários. A esse respeito ver COSTA, 2000; 2001.

<sup>11</sup> O movimento da CeC converge com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a ampliação do número de instituições da sociedade civil que lidam com a problemática do público infanto-juvenil.

<sup>12</sup> No entanto, como deduzimos dos depoimentos levantados, a atuação na área escolar não apagou as marcas da “educação popular” conseguidas durante anos de atuação diretamente junto às comunidades. Tal metodologia faz parte “da própria identidade institucional da Comunicação e Cultura”.



trabalhado pela ONG. Este “capital humano” fortalecido e capacitado elevaria a escola ao estado de “escola de cidadãos”. E um dos principais projetos da CeC para “capacitar” os alunos da escola como cidadãos é o Clube do Jornal, como discutiremos agora.

## **2. Autonomia e protagonismo: o projeto Clube do Jornal**

O Projeto Clube do Jornal (PCJ) tem seu foco no fortalecimento da liberdade de expressão nas escolas. O projeto foi inicialmente chamado Clube do Jornal Escolar, porém, para reforçar a autonomia do projeto frente à escola, em especial à diretoria, retirou-se o adjetivo “escolar”. Enfatizou-se, assim, o termo “jornal na escola” em contraposição ao “jornal da escola”, logo, o projeto deixava claro que não podia ser apropriado pelo núcleo gestor da unidade de ensino.

Em um primeiro momento, existiu a figura do “professor-facilitador” – responsável pela mediação do processo de feitura do jornal. No entanto, como relata a coordenadora do projeto na ONG, aquela função foi extinta do projeto por ir contra ao desejo de fortalecer a autonomia dos estudantes:

Eu não estava aqui na época que tinha um professor, alguém que na realidade era pra animar o grupo. Só que o quê aconteceu com o passar do tempo? Esse professor acabava influenciando o grupo. Quando tinha uma matéria que ia causar polêmica, o professor era tencionado a tirar essa matéria porque quando o jornal saísse ele seria pressionado pela direção da escola (...) e aí o Clube do Jornal percebeu isso e tirou essa figura do facilitador.<sup>13</sup>

Na avaliação de outra ex-participante do Jornal Tanakara, o facilitador, que teria, entre outras, a função de alertar os adolescentes sobre até que ponto podiam avançar em determinados assuntos, o que havia era certa “[para]nóia da cabeça. Síndrome de perseguição [e de] não pode[r] revelar os segredos”<sup>14</sup>.

Para preencher o vazio criado pela ausência do professor facilitador, a ONG criou a função de assessor pedagógico contratado pela própria CeC. A presença do assessor parece facilitar os processos e discussões ocorridas dentro do grupo e junto à direção das escolas. Outro instrumento de mediação é a “Reunião de Apresentação”, momento onde é discutido o projeto com os alunos e alunas interessados em participar do PCJ.

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2006.

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 10 de março de 2008



Durante a reunião, ao mesmo tempo em que são apresentados os passos para a concretização das edições do jornal, se faz um levantamento das expectativas dos integrantes. Percebemos, pelos depoimentos dos estudantes, que num primeiro momento as motivações aparecem difusas e imprecisas, sendo as respostas mais recorrentes: gostar de se comunicar; gostar de escrever; talvez querer ser jornalista. Segundo o ex-coordenador do jornal O verbo, a entrada da maioria dos adolescentes se dá pela curiosidade em torno da proposta e pela possibilidade fazer algo além da rotina escolar:

a grande maioria (...) vai para reunião pra saber como é. (...) no primeiro momento (...) quando me foi apresentado o jornal não foi a liberdade de expressão [que me motivou a participar]. Não foi isso porque na realidade eu nem conhecia. Foi pelo simples fato de que (...) eu poderia fazer alguma coisa, fazer algo melhor. E esse algo era escrever. (...) Então foi um espaço e uma motivação pra escrever mais.<sup>15</sup>

Raramente este momento aparece como relacionado à possibilidade do jornal transformar o cotidiano político e cultural da escola. Este ponto é levantado apenas quando ele é associado e/ou confundido com o grêmio estudantil. Como explicita uma informante do jornal Liberdade Jovem: “Eu participei do grêmio. Também a gente tentou unir as duas coisas ao mesmo tempo o grêmio e Clube do Jornal. Era tanto que os mesmos participantes do clube do jornal eram os participantes do grêmio”<sup>16</sup>.

Mas uma vez inseridos no PCJ, os estudantes parecem tomados por aquela “aventura do conhecimento” para a comunicação e a educação segundo a expressão de Paulo Freire (1996) o que faz com que assumam os jornais mesmo diante das adversidades. Como nos disse o ex-coordenador do Jornal O verbo:

Ali era aventura. E eu acredito que ainda seja isso. Comunicação é fazer com que as informações se comportem como uma aventura. Por que (...) um jornal pode ser uma aventura pra quem lê. Uma aventura para entrar numa discussão que não conhecia. Uma aventura para ir atrás dos direitos que não lhes eram assegurados porque agora você sabe que pode ter. Eu acredito que seja um despertar. Talvez a palavra também não seja nem aventura. Mas que seja um despertar pra você fazer algo que você não fazia antes. É se aventurar numa nova experiência.<sup>17</sup>

Esta experiência parece ser alimentada pelo desejo de resistência dentro de escolas que se apresentam aquém das condições necessárias para o desenvolvimento de atividades extra-classe. Não é de se estranhar que as questões da má conservação das

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida em 10 de março de 2008

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2008

<sup>17</sup> Entrevista concedida em 05 de março de 2008



instalações das escolas ou da ausência de equipamentos básicos sejam temas recorrentes nos jornais. Nessas condições adversas, manter a mídia estudantil não é uma questão fácil, como continua o mesmo jornalista estudantil:

Eu acredito que o jornal poderia ir até onde ele quisesse se houvesse mais estrutura. (...) Se fosse um colégio como o CEFET [escola federal de ensino médio e profissionalizante] que dá a oportunidade disso tudo [refeitórios, vestiários e laboratórios de informática bem equipados] eu acho que o jornal poderia fazer o que ele quisesse. Você não poder ficar o dia inteiro no colégio porque você vai sentir fome, você vai estar sujo e porque não vai haver a estrutura para você fazer o que você quer fazer (...). Então você se supera todo dia, meu amigo. É preciso amar para poder superar tudo isso, todo dia. E sem ganhar nada financeiro em troca. E só a vontade de você pôr sua idéia no mundo e poder melhorar o mundo por causa disso.<sup>18</sup>

A ONG defende que qualquer aluno possa participar do jornal, sendo único critério de participação a presença regular nas atividades, e recomenda que as outras pessoas com participação descontínua sejam chamadas de colaboradores. Para capacitar aqueles que permanecem nos grupos, promove diversas oficinas divididas entre técnicas e temáticas. As técnicas dizem respeito à: organização, diagramação, pauta, etc.

A oficina de organização é voltada para a divisão dos cargos obrigatórios no grupo estudantil e que são fundamentais para a interlocução do “clube” com a ONG. Estas divisões de funções descentralizam as decisões e estabelecem uma interlocução constante com a Ouvidoria do Projeto, mas, por outro lado, elas parecem denotar uma relação de poder dentro do grupo e um elemento de distinção dentro da escola.

Destacamos aqui as três funções essenciais para o andamento do projeto: o coordenador, responsável pelos estágios de toda a edição, o moderador ético e o tesoureiro.

O moderador ético é o aluno responsável pela leitura do jornal antes de sua publicação, verificando se as matérias estão de acordo com o Código de Ética do jornalismo estudantil. Quando, mesmo depois da leitura, a Ouvidoria detecta algum problema, o educador entra em contato com o moderador para que o mesmo encaminhe a resolução da questão. O discurso institucional da Comunicação e Cultura sobre este “Código de Ética” é pautado na construção de um “pacto” entre CeC e o “clube” na escola.

E é no código de ética que os princípios norteadores do PCJ aparecem de forma privilegiada. O mesmo determina que os jornais devam promover os Direitos

---

<sup>18</sup> Idem



Humanos; não sejam utilizados para promoção pessoal ou partidária; concedam direito de resposta na mesma edição; não publiquem textos anônimos; publiquem prestação de contas; e declarem sua tiragem (RAVIOLO e LIRA, s/d).

A outra figura de importante interlocução junto à coordenação do projeto é o tesoureiro. Este aluno é responsável pela administração das finanças, publicização dos gastos e está à frente da captação de recursos para a publicação. As micro-empresas circunvizinhas à escola são chamadas, por meio do discurso da responsabilidade social, a participarem do projeto com publicidade no jornal.

A estratégia a ser utilizada pelo tesoureiro encontra-se explicitada no material didático da instituição, em especial na “Folha Educativa nº5” denominada “O comerciante do bairro é um parceiro do jornal”, onde se encontram dicas de como conduzir o pedido de publicidade aos empresários:

(...) 3. Seja claro com o anunciante: ‘estamos fazendo um jornal para melhorar nossa escola e nossa comunidade. Para evitar as drogas e a violência. O senhor pode apoiar-nos com pouco custo. Será muito para nós. 4. Além de praticar um ato de cidadania, o comerciante que apóia o jornal faz um bom negócio (RAVIOLO e GOMES, s/d).

A estratégia da ONG aparece aqui em sintonia com a visão da realidade de um Terceiro Setor que encerra em si “a gratidão, o amor, a compaixão e a solidariedade, numa perspectiva individualizada (...) que mobilizam as iniciativas(...) na produção de bens e serviços públicos”(ALMEIDA, 2004, p. 92). Cria-se ainda um discurso junto aos jornalistas estudiantis de que essa publicidade do jornal não é um favor, mas uma “parceria” e que o adolescente deve entrar de cabeça erguida no diálogo com o anunciante.

Além destas mediações, o CeC promove, periodicamente, encontros denominados “Intercâmbios Gerais de Experiência” que reúnem os grupos de Fortaleza e Região Metropolitana para discutir a situação dos jornais e abordar temáticas referentes às publicações. Estes encontros são programados no sentido de consolidar a perspectiva do jornal como veículo renovador da vida escolar que tenciona a efetivação dos direitos conquistados dentro da instituição educacional. Não é por acaso que esta afirmação está contida no documento conceitual do projeto, a saber:

Para ser verdadeiramente democrática e participativa, a escola precisa urgentemente incorporar à relação educador-educando as conquistas básicas do Estado democrático de direito. Assim como a nossa sociedade, no plano macro, necessita de um novo contrato social, a escola, no seu rico e complexo microcosmo, demanda um novo contrato escolar.



Se isso não acontecer, continuaremos reféns do binômio autoritarismo x permissivismo (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005b).

A CeC compreende o PCJ como um propugnador destas novas relações entre discente e docente. O jornal na verdade aparece como complemento a outros dispositivos de orientações públicas, tais como: a gestão colegiada, as eleições diretas para direção, a formação de conselhos escolares ou de pais e mestres e o próprio grêmio estudantil. Não só a ONG, mas a própria SEDUC também produz este discurso, como observamos no depoimento da então coordenadora de Gestão da Secretaria:

não dá para falar de gestão participativa se o maior segmento dentro da escola, que são os estudantes, está desorganizado(...) e aí o Clube do Jornal trabalha a questão da criticidade, da proximidade entre aluno e diretor. Os jornalistas [estudantis] fazem essa ponte entre os alunos. O diretor às vezes acha que (...) não precisa estar comunicando as ações que estão sendo desenvolvidas e aí entra o jornal (...) é ali que eles [os alunos] começam a perceber o que acontece na escola e a exercer o controle social, através do próprio Clube do Jornal, da política pedagógica da escola (...) E o jornal, já ele em si, é uma prova de como o trabalho vem sendo desenvolvido<sup>19</sup>

Se por um lado, no âmbito da SEDUC, há esse esclarecimento em relação ao projeto, por outro, o mesmo nem sempre ocorre dentro das escolas. Sousa (2005) relata uma série de resistências por partes das diretorias em relação ao jornal. Por vezes, há a desqualificação pública do trabalho dos jovens através da tentativa de infantilização da imagem dos editores do jornal. Outras vezes, o núcleo gestor assume a postura de “vítima” ou “traída” face à comunidade escolar. Outra estratégia utilizada por as direções incomodadas com atuação dos jornalistas estudantis é a convocação dos pais para reuniões onde são relatados acontecimentos que tentam desqualificar o jornal.

Nestes espaços, os conflitos tendem a aparecer, para os gestores, como algo ilegítimo, como relata a coordenadora do PCJ nos anos de 2004 e 2005:

Os profissionais de educação que estão na escola, muitas vezes não entendem o projeto, a natureza do projeto. Já ouvi muito de diretores ‘pra que esse jornal?’; ‘esse jornal só serve pra esculhambar a gente’. Já ouvi muito de diretores de escolas e professores que não gostam do projeto pela natureza dele que é de denúncia, de fazer críticas, críticas muitas vezes construtivas de mostrar a realidade da escola, de tornar pública a realidade da escola, do sucateamento, mesmo da escola pública (...) se a escola pública quer ter um aluno crítico, ela tem que se familiarizar com a crítica e a escola tem que receber as críticas sim e daí se construí o diálogo do diretor com o aluno, professor com o aluno e não ficar só no discurso vazio de que a escola diz que é crítica, mas quando os alunos fazem críticas os professores e os diretores não aceitam.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida em 06 de fevereiro de 2006.

<sup>20</sup> Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2006.



Aparece aqui mais uma vez o tema da reflexão qualificada dos adolescentes que produzem o jornal alternativo e da recorrente crítica dos educadores a este respeito. Ou seja, até que ponto a escola quer um aluno crítico? A informante do jornal Tanakara afirma que quando o jornal pautava os problemas da escola a situação não era das mais fáceis:

O jornal ter uma posição política tudo bem. Mas não uma posição política que desagrade ao gestor. Que vá diretamente ao encontro do que está acontecendo dentro da escola. É muito bom você falar da Igreja católica, das posições atozes da Igreja Católica mas lá do Oriente Médio. Que não tem nada a ver com a nossa realidade. (...) Era mais ou menos isso. A gente dizia que tem uma posição política com um direcionamento e eles diziam ‘ótimo, maravilhoso é isso aí’. Mas quando a gente voltava esse posicionamento político para as questões práticas da escola eles se sentiam muito ofendidos.<sup>21</sup>

### **3. Contradições e conflitos: breves anotações conclusivas**

A construção de um diálogo democrático dentro da escola reforça a instituição como espaço público, espaço que só pode se constituir, tanto pela ação quanto pelo discurso, vinculado à pluralidade humana.

Por outro lado, a tentativa de supressão deste lócus significa, concordando com Telles (1999), a dissolução do “mundo comum”, com conseqüências radicais nas experiências humanas em sociedade, pois ao jogar para “debaixo do tapete” a realidade da escola pública, limitando-se as decisões aos gabinetes das direções ou ainda ao manipular os órgãos colegiados, escamoteia-se um lugar que poderia ser, por excelência, de exercício democrático e cidadão.

Procedendo assim, deslegitimando os jornalistas estudantis e suas práticas como “infantis”, “irresponsáveis”, se escamoteia a escola como lugar onde se realiza a luta simbólica pelo poder de atribuir significados ao mundo social. Bourdieu explicita o funcionamento do poder simbólico quando coloca que

a destruição deste poder de imposição simbólica radicado no desconhecido supõe a tomada de consciência do arbítrio, quer dizer, a revelação da verdade objectiva é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia (...) e lhe neutraliza o poder de desmobilização (...) ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas (BOURDIEU, 2005, p. 15)

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida em 10 de março de 2008



Ora, o Clube do Jornal parece tender para esse questionamento do poder instituído, e ao mesmo tempo, disputar uma nova hegemonia sob a forma da batalha de idéias dentro e para além da escola. Toda essa teia de relações e disputas macro (financiamentos, “parcerias”, gerenciamentos de recursos) e micro (relações dentro dos grupos, nas escolas, na ONG) delineiam discursos e práticas que englobam e transcendem os “passos” formalmente apresentados pela ONG para a concretização do jornal.

Para além da linearidade deste roteiro, a realidade se apresenta mais dinâmica, contraditória e por vezes ambígua ao revelar tensões com núcleo gestores, denúncia de irregularidades, disputa de espaço com grêmio estudantil (representante legal dos estudantes na escola), aparelhamento com partidos, utilização estratégicas na mobilização de movimentações juvenis, acusação de censura por parte da ONG. Em suma, disputa de novas concepções político culturais.



## Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, E. **Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”** In Revista Serviço Social e Sociedade, ano 25, nº. 80, Cortez, 2004.
- ALVAREZ, S; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos in \_\_\_\_\_. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- BARBALHO, A. Política cultural. In: RUBIM, Linda. (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: UFBA, 2005. p. 33-52.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8ª ed. Lisboa: Difel, 2005.
- CARVALHO, I. **Criança, adolescente e ONG**. Cadernos CRH, nº30/31, 1999.
- COSTA, A. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo**. Belo Horizonte:Universitária, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Protagonismo juvenil**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- COSTA, S. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia e configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: as transformações nos discursos e práticas da esquerda latino-americana. In ALVAREZ, S; DAGNINO, E. ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- FIEGE, H. (org). **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- SOUSA, F. **Ong “comunicação e cultura” e SEDUC: uma análise do “encontro” estabelecido entre sociedade civil e Estado para a construção de espaços públicos nas escolas estaduais de Fortaleza**. Fortaleza: UECE, 2005 (monografia de graduação).
- TELLES, V. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

## Documentos:

- COMUNICAÇÃO E CULTURA. **Projeto primeiras letras: o ensino fundamental na era da comunicação**. Fortaleza: Comunicação e Cultura, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **Conceitual do projeto clube do jornal**. Fortaleza: Comunicação e Cultura, 2005b
- \_\_\_\_\_. **Projeto Clube do Jornal: editoria de igual para igual – Protagonismo juvenil na construção de relações de gênero mais igualitárias e no enfrentamento da violência contra a mulher**. Fortaleza, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2003**. Fortaleza, Comunicação e Cultura: 2004b.



\_\_\_\_\_. **Protagonismo juvenil, uma proposta a partir da experiência: correspondência enviada ao Secretário de Educação e ao Coordenador do escritório do Unicef.** Fortaleza, junho de 2001b.

\_\_\_\_\_. **Clube do jornal escolar:** uma experiência do protagonismo juvenil nas escolas públicas do Ceará. Fortaleza: Comunicação e Cultura, 1999.

RAVIOLO, D; GOMES, O. **Folha educativa: o comerciante do bairro é um parceiro do jornal.** Nº5. Fortaleza: Comunicação e Cultura, s/d.

RAVIOLO, D; LIRA, J. **Folha educativa: código de ética do jornalismo na escola.** Nº2. Fortaleza: Comunicação e Cultura, s/d.

SOUSA, F; ALBUQUERQUE, M. **Guia institucional da ONG Comunicação e Cultura.** Fortaleza: s/e, 2004